



ACÓRDÃO Nº2177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11842/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Peterson Alberto Aguiar Dinelly (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6605/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Departamento Municipal de Trânsito de Maués -
DEMUX. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Sr. **Peterson Alberto Aguiar Dinelly**, Ex-Diretor do Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2.423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Aplicar multa** ao Sr. **Peterson Alberto Aguiar Dinelly**, Ex-Diretor do Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), por atos ilegítimos/ antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionadas nos **itens 04; 05 e 09 da Fundamentação do Voto** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle



ACÓRDÃO Nº2177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Considerar em Alcance ao Sr. **Peterson Alberto Aguiar Dinelly**, Ex-Diretor do Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$88.715,28** (oitenta e oito mil, setecentos e quinze reais e vinte e oito centavos), **em razão das Impropriedades 05 e 06**; tudo em consonância com o artigo 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº 2.423/1996 – LOTCE/AM e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº 04/2002 - RITCE).

10.4. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.4.1. Ausência de informações de receitas e despesas posteriores a dezembro de 2019, quando o instrumento legal determina a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira;

10.4.2. Ausência de Transparência nas informações sobre auditorias



ACÓRDÃO Nº2177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

do controle interno ou externo;

10.4.3. Ausência de informações completas sobre os registros de competências e estrutura organizacional, endereços e telefones dos setores que compõem o órgão;

10.4.4. Verificou-se que nos demonstrativos de despesas não constam informações detalhadas sobre as aquisições ou serviços nos quais foram aplicados os recursos;

10.4.5. Não foram localizadas informações atualizadas sobre a gestão fiscal do órgão;

10.4.6. Não foram localizadas informações atualizadas sobre procedimentos licitatórios e contratações;

10.4.7. Não foram localizadas informações sobre os dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do órgão, com informações sobre a execução de cada componente;

10.4.8. Ausência de esclarecimentos quanto ao procedimento a serem adotados para informações que não podem ser concedidas imediatamente;

10.4.9. Não foram localizadas informações sobre procedimentos para classificação de informações restritas;

10.4.10. Da análise de ferramentas de pesquisa disponíveis no portal, identificamos que há precariedade nas pesquisas de conteúdos publicados, não sendo possível pesquisar livremente por um determinado fornecedor, contrato, recurso, etc.;

10.4.11. Não se verificam no Portal da Transparência ferramentas eficientes de acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência;

10.4.12. O Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT, criado em 2004, até a presente data não estabeleceu mecanismo para proceder a cobrança de multa, estando destoante de seus objetivos contidos nos incisos do art. 2º do Regimento Interno;

10.4.13. O Inventário Geral (levantamento físico-financeiro) do DEMUT encontra-se desatualizado neste consta apenas os bens adquiridos pelo órgão no total de 46 itens os quais estão tombados e calculados depreciação, os demais bens estão sem nº de tombo ou foram depreciados;



ACÓRDÃO Nº2177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4.14. Ausência do Registro contábil na rubrica de “Bens Móveis” da Camioneta de carga marca Land Rover 4 cilindros Renavam nº 22250, ano fabricação – modelo 2001/2001, conforme Nota Fiscal 006587-5;

10.4.15. Não há critério definido dos conceitos adotados na “Situação do Bem” relativo ao estado de conservação do bem patrimonial que são: ótimo, bom, razoável e danificado;

10.4.16. No decorrer de mais de uma década o DEMUT recebeu diversos bens patrimoniais da Prefeitura de Maués, contudo não detém informações de como esses bens foram recebidos (doação, empréstimos, etc.) ou da exata localização destes. E até a presente data não há registros dos bens patrimoniais no Inventário do DEMUT;

10.4.17. Verificou-se a inexistência do controle de Almoxarifado em descumprimento ao princípio da eficiência (Art. 37 da CF/88) e arts. 94, 95, 96 da Lei nº 4.320/64;

10.4.18. Não há local específico para guarda, organização e acondicionamento dos materiais;

10.4.19. Ausência de Ficha de Estoque de cada mercadoria contendo a movimentação (entrada com o registro da nota fiscal e saída com o nº da requisição);

10.4.20. Ausência de controle informatizado eficiente da movimentação dos materiais (entrada e saída), inexistem ficha de controle manual ou automatizada e ao final do exercício os saldos de todos os itens foram zerados;

10.4.21. Constatou-se a ausência de documentos que comprovem o consumo de combustível adquiridos pela firma João Farias da Gama Neto, no valor de R\$14.106,00, conforme NE nº 18/2019;

10.4.22. Ausência de servidores pertencentes ao quadro próprio;

10.4.23. Ausência de um representante designado pela Administração para o acompanhamento das Cartas Contrato abaixo bem como o Parecer Jurídico e os relatórios de execução do mesmo ao Diretor Presidente do DEMUT de Maués (art. 67, da Lei nº 8.666/93);

10.4.24. Existência no Controle Interno de formulários/fichas de análises destinadas aos Setores do DEMUT, bem como não possui sistema informatizado na estrutura administrativa do DEMUT;



ACÓRDÃO Nº2177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4.25. Ausência de apresentação da Aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente (Art. 6º, IX c/c o Art. 7º, § 2º, I, II, III, IV, da Lei nº 8.666/93 e Resolução nº 361/91 CONFEA);

10.4.26. Ausência de apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico pela elaboração do Projeto Básico perante o CREA/AM (Art. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77);

10.4.27. Ausência de apresentação da Portaria designando o Sr. Gedeandro Gonçalves dos Santos – Engenheiro Civil –como o responsável técnico pela fiscalização do contrato ou documento equivalente (Art. 58, III, c/c o Art. 67 a 70 e 112 da Lei nº 8.666/93);

10.4.28. Ausência de apresentação dos Registros Fotográficos da obra/serviço – antes, durante e após a conclusão – neste exercício financeiro em questão (Resolução n.º 027/2012 – TCE/AM);

10.4.29. Ausência de apresentação do Laudo de Vistoria pela fiscalização quanto à 1ª Medição no montante de R\$50.991,00 pelo Sr. Gedeandro Gonçalves dos Santos – Engenheiro Civil – (Art. 67, §1º da Lei n.º 8.666/93);

10.4.30. Ausência de apresentação da Nota de Lançamento N.L.'s para fins de pagamento da 1ª Medição dos Serviços no montante de R\$ 50.991,00;

10.4.31. Ausência de apresentação das Planilhas de Medição dos serviços executados no montante de R\$74.609,28 com assinatura e/ou atesto da fiscalização;

10.4.32. Ausência de apresentação dos Laudos de Vistoria de Medição – pela fiscalização – no montante de R\$74.609,28 pela fiscalização DEMUT (Art. 67, §1º da Lei nº 8.666/93);

10.4.33. Ausência de apresentação das Notas Fiscais de Serviços pela empresa executora no montante de R\$74.609,28;

10.4.34. Ausência de apresentação das Notas de Lançamento N.L.'s para fins de pagamento das Medições dos Serviços no montante de R\$ 74.609,28 no exercício de 2019;

10.4.35. Ausência de apresentação dos Comprovantes de Transferência Bancária no montante de R\$ 74.609,28 no exercício de 2019;



ACÓRDÃO Nº2177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4.36. Ausência de apresentação do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes – DEMUT e M. Q. F. Transporte Construção – ME – (Art. 73, I, “b”, da Lei nº 8.666/93);

10.4.37. Ausência de apresentação da Nota de Anulação de Empenho e/ou outro procedimento financeiro pertinente no exercício, e também ausência de apresentação da NE atualizada emitida em exercício financeiro posterior.

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de dezembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral